



A CONTRIBUIÇÃO DA DISCIPLINA DE INICIAÇÃO A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO COMO MECANISMO DE INSERÇÃO DOS JOVENS E ADULTOS NO MERCADO DE TRABALHO

THE CONTRIBUTION OF INITIATION DISCIPLINE TO PROFESSIONAL QUALIFICATION IN EDUCATION AS A MECHANISM FOR INSERTING YOUNG AND ADULTS IN THE LABOR MARKET

Eliene Rodrigues Sousa **1**
Kerlly Regina Santos Pacheco **2**

Resumo: O objetivo da pesquisa é refletir sobre a importância da disciplina de Iniciação a Qualificação Profissional na EJA da Escola Municipal Joaquim de Brito Paranaguá de Araguaína – TO, e na promoção da melhoria da qualidade de vida, no enfrentamento da pobreza e desigualdade social. É um trabalho de natureza documental, bibliográfica e qualitativa e para isso utilizamos como ferramenta de análise, a participação dos alunos. A fundamentação desta pesquisa está pautada nas teorias de Arroyo, Carvalho, Ciavatta e outros teóricos que discutem essa temática. Embora a disciplina em estudo, na escola, represente a inserção educativa diferenciada, tal ação não causou impactos significativos.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Mercado de Trabalho. Educação Profissional.

Abstract: The objective of this research is to reflect on the importance of the subject of Initiation to Professional Qualification in the EJA of the Joaquim de Brito Paranaguá Municipal School of Araguaína - TO, and to promote the improvement of the quality of life, in the fight against poverty and social inequality. It is a work of documentary, bibliographical and qualitative nature and for this we use as a tool of analysis, the participation of students. The basis of this research is based on the theories of Arroyo, Carvalho, Ciavatta and other theorists who discuss this theme. Although the subject under study at school represents a differentiated educational insertion, such action had no significant impacts.

Keywords: Youth and Adult Education. Labor Market. Professional Education.

1 Doutora em Ensino de Língua e Literatura (PPGL/UFT). Professora na Universidade Estadual do Tocantins (Unitins).
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5857623231904159>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8701-2677>. E-mail: eliene.rs@unitins.br

2 Mestra em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT/UFT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0014394022660803>. E-mail: kerlly04@gmail.com



Introdução

Uma vez que um dos grandes desafios das escolas que ofertam a EJA é garantir a permanência dos alunos trabalhadores nas aulas, visto que os conhecimentos e informações que permeiam a realidade na qual os alunos estão inseridos e extrapolam os currículos escolares. O desenvolvimento desta disciplina visa uma formação ampla, incluindo a preparação básica para o mundo do trabalho, oportunizando aos educandos o acesso a conhecimentos fundamentais para sua inserção no mundo de trabalho e o fortalecimento da autoestima frente às tomadas de decisões na vida profissional.

Pretende-se identificar os pontos positivos e negativos da disciplina de Iniciação a Qualificação Profissional EJA, e como o aluno tem assumido o seu papel, responsabilidade na construção do conhecimento, despertando o interesse, e as mudanças que tem proporcionado no que tange a inserção ou permanência no mercado de trabalho. Traçando ações junto a estrutura curricular e pedagógica que busque sanar o problema de desigualdade social no Brasil. Diante da realidade vivenciada na escola, chegou ao questionamento: a disciplina de Iniciação a Qualificação Profissional tem contribuído para diminuir o desinteresse dos alunos da EJA e proporcionando orientação para o mercado de trabalho?

A sociedade contemporânea é marcada por contradições provenientes da histórica estratificação social, que ao longo dos séculos tem excluído a grande maioria da população de direitos sociais necessários à sobrevivência digna. Segundo o censo (2010) 6,3% da população brasileira vive em situação de pobreza extrema com renda per capita de até R\$ 70 reais. Questão que deve ser exaustivamente discutida em todos os grupos sociais para que se elaborem alternativas viáveis a começar pela ressignificação da educação pública, indicada pela grande maioria dos estudiosos como meio mais eficaz para evolução econômica de um país.

Vale ressaltar que, nas últimas décadas, medidas de intervenção já vêm sendo adotadas a fim de reduzir a desigualdade social no Brasil. Entre as ações que buscam a superação desta situação encontra-se o Programa Bolsa Família, foi implementado de acordo com Brasil (2004), “para atuar como mecanismo de repasse de renda mínima para as famílias e criar meio de melhoria das condições de vida dos beneficiários através da educação e do trabalho”.

Diante de tal situação, o presente trabalho teve como objetivo refletir sobre a importância da disciplina de Iniciação a Qualificação Profissional na Educação de Jovens e adultos da Escola Municipal Joaquim de Brito Paranaguá de Araguaína - TO, na promoção da melhoria da qualidade de vida e no enfrentamento da pobreza e desigualdade social. Despertar o interesse dos alunos por uma formação educacional e profissional para que conheçam seus direitos e deveres enquanto cidadão; Refletir sobre a importância da participação social e profissional nos processos decisórios para a construção de uma sociedade mais igualitária.

Esta é uma pesquisa de natureza Documental, bibliográfica e qualitativa, tendo como ferramenta de análise a participação dos alunos EJA da Escola Municipal Joaquim de Brito Paranaguá. Este trabalho está dividido em quatro partes: a primeira Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional, onde apresenta um breve resgate da EJA no Brasil, sua regulamentação, e faz relação com a Educação Profissional buscando assim oferecer ao indivíduo que encontra-se fora de qualquer contexto de melhoria de sua condição de vida. Pois, não se ver capaz de atuar como força produtiva em uma sociedade dominada pelo conhecimento intelectual, em detrimento da força física. Assim, aumenta o exército de mão de obra desqualificada que não atende aos critérios de empregabilidade vigente. Na segunda parte apresentamos os dados e a pesquisa de campo com alunos da EJA da Escola Municipal Joaquim De Brito Paranaguá, identificando o tipo e o campo de pesquisa, público alvo. Na terceira parte, apresentamos a análise dos dados e resultados coletados fazendo uma análise a partir dos gráficos. E por fim, as considerações finais, onde avaliamos se os objetivos foram alcançados. Conclui-se que embora a disciplina tenha representado a inserção de uma proposta educativa diferenciada para o público da EJA no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Araguaína - TO, tal ação causou impactos significativos para a modalidade.

Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional

Segundo (CAPUCHO, 2012), o papel da educação como espaço privilegiado para a construção de sujeitos de direitos, traz a necessidade de se pensar o(a) cidadão(ã) em suas relações com o direito à educação e a efetiva participação nas estruturas político –econômico – social e cultural da sociedade. Nesse sentido, pode se afirmar que a luta histórica pelo direito à Educação e o enfrentamento às múltiplas formas de exclusão, garantiram a Educação de Jovens e Adultos ser reconhecida como uma modalidade da educação, sendo assim responsabilidades dos sistemas públicos ensino, sendo os mesmos responsáveis não só pela disponibilidade, acesso mais também pela adaptação, permanência e elevação da escolaridade dos jovens e adultos.

Observa-se que ao longo do tempo, mesmo com os avanços legais, estabelecidos na Constituição Brasileira (BRASIL, 1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(LDB) (BRASIL, 1996), parecer nº011/2000, na Resolução nº 01/2000 e na Lei do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) (BRASIL, 2007) não foram essenciais para que a EJA atingisse a radicação no sistema. No entanto esses documentos reconhecem a Educação de Jovens e Adultos como modalidade da Educação Básica, afirmam diretrizes curriculares e garantem financiamento público.

Um dos maiores desafios da modalidade da EJA é sua enorme diversidade: pois sua área de atuação vai desde a alfabetização de adultos até o Ensino Médio. O público prioritário inclui desde os idosos da zona rural aos jovens das grandes cidades, as minorias étnico-raciais, pessoas com deficiência e a população privada de liberdade. Crescentemente adotada como estratégia para corrigir a defasagem idade-série, muitas vezes a Educação de Jovens e Adultos acaba promovendo um “aligeiramento” da formação escolar, em lugar de garantir o direito dos adolescentes de frequentar e permanecer no ensino regular.

A Educação de Jovens e Adultos trata de sujeitos que, apesar de não terem tido possibilidades de completar seu processo regular de escolarização, detêm um conjunto de saberes adquiridos ao longo da vida profissional, na comunidade e na família. Pensar a Educação de Jovens e Adultos requer novas práticas pedagógicas voltadas para a formação de homens/mulheres atuantes sobre seu contexto social, sujeitos de sua história e da história da coletividade, mais que uma ação puramente reflexiva, cabe uma ação transformadora.

Segundo Capucho, o lugar ocupado pela EJA é fruto da construção de um país capitalista periférico, sendo assim, a Educação de Jovens e Adultos, está em um cenário camuflado pelas razões estruturais dos diferentes processos de distribuição desigual de bens e conseqüente destituição dos direitos da classe trabalhadora. Capucho (2012), ainda afirma que, embora marcos o capitalismo, o liberalismo, mantiveram desde o início uma relação ambígua e conflituosa com a educação e, portanto com a escola. A qual, de um lado, se afirmar necessária para a transformação social, de outro, causa temor, pois muitas as vezes é considerada um espaço de reprodução da pobreza e desigualdades sociais.

A Educação Profissional e Tecnológica tem como política pública no Brasil, estabelecer o compromisso de pensar na diversidade social, econômica, geográfica e cultural, na necessidade de diminuição das desigualdades regionais, na elevação do nível de escolaridade e na capacitação tecnológica da população. Além disso, está centrada em ações que contribuam para a inclusão e a permanência de jovens e adultos no mundo do trabalho. Alguns pressupostos deverão ser observados de acordo com a LEI Nº 11.892 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008 na Seção II do Art. 6º e na Seção III do Art. 7º que diz respectivamente:

- Ofertar educação profissional e tecnológica, *em todos os seus níveis e modalidades*, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica.
- Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

A Secretaria Municipal de Educação de Araguaína –TO, traz em seu bojo elementos singulares para sua definição indenitária, assumindo um papel representativo de uma verdadeira *incubadora de políticas sociais*, uma vez que constrói uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade.

Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Educação, tendo como um dos principais objetivos ampliar as oportunidades educacionais aos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional. A ampliação do acesso, permanência e extensão da escolaridade, deverá estar intrinsecamente ligada a um processo de ampliação de direitos e garantias individuais que caracterizam o desenvolvimento humano, os arranjos sociopolíticos e o crescimento econômico característicos da sociedade moderna.

De modo que as ações de formação atendam às necessidades e contemplem suas realidades e perspectivas, colaboram no enfrentamento de grandes problemáticas da contemporaneidade, a Secretaria Municipal de Educação de Araguaína. Através da Resolução 01 de Fevereiro de 2014, altera a Resolução 01/2012 que organiza e regulariza a modalidade de Ensino da Educação de Jovens e Adultos nas Escolas da Rede Pública Municipal.

Considerando a necessidade de uma formação que atenda às necessidades reais, tanto social quanto profissional, no art. 3º da Resolução 01/2014 onde fala dos objetivos da Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de ensino observasse a preocupação com o desenvolvimento completo do cidadão. É necessário que se reveja como o corre esta relação sociedade e trabalho na atualidade a partir de uma ótica holística. Não somente em uma visão reducionista pautada na teorização vazia de uma situação sem considerar diversos atenuantes que modificam o contexto observado.

Segundo Marconi e Lakatos (2010), o uso de um método de pesquisa permite um aprofundamento de uma investigação efetuada. Neste estudo foi utilizado o método dedutivo, pois segundo Marconi e Lakatos (2010) o mesmo oferece maior abrangência das teorias gerais, oportunizando um enfoque maior tanto em linhas gerais quanto particular. E o método estatístico, de acordo com Michaliszyne Tomasini (2006), auxilia o pesquisador em relação os aspectos da realidade social em estudo para comprovação o em números da real situação pesquisa da. Já que permite uma análise após aplicação do questionário na escola campo, e posteriormente a tabulação e estudo dos mesmos. No segundo momento, os dados foram transformados em gráficos; que se tornaram objetos de reflexão a partir da análise dos mesmos. Além disso, pode-se contar como fundamentação teórica, o estudo dos módulos do curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social.

A pesquisa foi realizada em uma escola situada na cidade de Araguaína no norte do Tocantins. Há 384 km da Capital Palmas. Apresenta a segunda maior população do estado, com um total de 173.112 habitantes e atende um total de 1,7 milhão de pessoas (2010), além do próprio estado, do sudeste do Pará e do sudoeste do Maranhão. Tanto os limites do município quanto a sua microrregião homônima estão completamente inseridos na extensão geográfica do MATOPIBA, importante região de expansão da fronteira agrícola das regiões Norte e Nordeste.

A escola em estudo, está situada na Zona Urbana, quanto à estrutura física da escola, compreende uma área de 735,87m, contendo 11 salas de aula, sendo uma para o Atendimento Educacional Especializado AEE. Dispõe de uma secretaria, 01 diretoria 01 almoxarifado, 01 cozinha, 01 depósito de merenda, 01 biblioteca, 01 sala de suporte de coordenação, 01 sala dos professores, 03 banheiros masculinos e 04 femininos para alunos e funcionários, 01 pátio coberto e 01 área de recreação, 02 bebedouro

A Escola Municipal Joaquim de Brito Paranaguá foi criada para atender as necessidades da comunidade onde está inserida, não existia nenhuma Unidade Escolar nestas proximidades. O terreno foi doado pelo senhor Bertoldo Paranaguá residente nesta cidade e construída pela prefeitura local. Recebeu este nome em homenagem ao seu pai Joaquim de Brito Paranaguá, fica situada a Avenida Tiradentes nº 1715, Setor Carajás.

Criada pela a lei nº. 719 de 08 de novembro de 1984 pela Câmara Municipal, autorizado o funcionamento desta unidade para ministrar aulas de 1ª a 4ª série do ensino fundamental contendo duas salas de aula. Com carência de materiais básicos e carência de profissionais capacitados, sendo a principal responsável a senhora Maria das Graças Ferreira Fontes e as e as funcionárias Sonia

Maria Barbosa da Silva, Domingas Barbosa da Rocha, Maria do Socorro Sousa Dias e Raimunda Alves Soares, atendia em média 150 crianças no seu Espaço Físico Escolar.

Em 1998, devido ao grande número de alunos fora da sala e residente, neste setor, e em outros setores vizinhos, a escola foi ampliada e reformada; e extinto o turno intermediário que funcionava até então na gestão da senhora Francisca Alves Bezerra e Secretária geral Sonia Maria Barbosa da Silva. Em 2008, havia 877 alunos distribuídos em 25 turmas, sendo 743 alunos de 2º ao 9º Ano do Ensino Fundamental e 134 alunos na EJA- Educação de Jovens e Adultos no I e II segmento, nos turnos: matutino, vespertino e noturno. O turno noturno foi extinto no final de do ano de 2009, por ter apenas ter turmas e duas destas eram 8º serie II segmento ficando na escola apenas uma turma.

Atualmente a Unidade Escola atende aproximadamente 668 alunos da Educação infantil (2º período), Ensino Fundamental 1º ao 5º ano) e EJA Educação de Jovens e Adultos – (1º ao 4º período do II segmento), nos períodos matutino, vespertino e noturno. Consta na Unidade Escolar: equipe administrativa docente e apoio. Sendo 01 gestor, 23 professores com nível superior completo, 09 assistente de aluno, 03 coordenadores pedagógicos, 01 secretária, 03 auxiliar de secretária, 01 auxiliar financeiro, 03 bibliotecárias, 06 auxiliares de serviço gerais, 06 merendeiras, 02 guardas noturnos e 02 porteiros serventes. (Dados fornecidos pela escola)

Dados e a Pesquisa de Campo com Alunos da EJA da Escola Municipal Joaquim de Brito Paranaguá

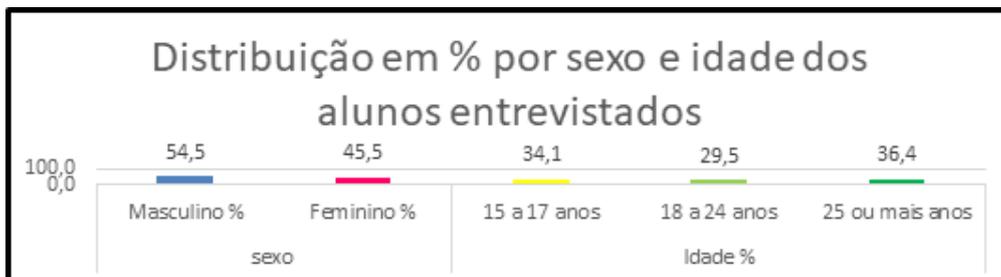
Os discentes da Educação de Jovens e Adultos são residentes em bairros diversos da cidade, devido às escolas que ofertam essa modalidade na cidade serem poucas. Atualmente conta-se com 5 turmas de Educação de Jovens e Adultos, sendo 1º, 2º, 3º e dois 4º períodos do segmento, que corresponde de 6º a 9º anos (5º a 8º).

A disciplina objeto de estudo do presente trabalho, tem como finalidade promover a Iniciação a Qualificação profissional e conseqüentemente a elevação do nível de escolaridade dos alunos da Rede Municipal de Araguaína. A mesma faz parte da Estrutura Curricular da Educação de Jovens e Adultos 2º segmento, parte diversificada, conta com uma carga horária de 60 horas/anual, sendo distribuídas em 03 aulas semanais. A pesquisa deu-se na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, onde foi aplicado um questionário com 44 alunos das turmas do 2º e 4º período e relatos de experiência do professor e da coordenadora pedagógica.

Resultados e Discussão

A implantação da Disciplina de Iniciação a Qualificação Profissional, deu-se no ano de 2014, após a aprovação e publicação da Resolução 01/2014 que organiza e regulamenta a modalidade de Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Ensino. Conforme apresentada anteriormente, a disciplina surge com o objetivo de despertar a autonomia e responsabilidade nos alunos a fim de que os mesmos participem ativamente nos diversos contextos sociais nos quais estão inseridos direta e indiretamente. A mesma compõe a parte diversificada da Estrutura Curricular no 2º segmento da Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino, com uma carga horária de 60h anuais e 03 aulas semanais, considerando que a EJA é semestral, tendo 400 horas e 100 dias letivos cada ano. Os dados a seguir foram coletados a partir de um questionário aplicado aos alunos da EJA.

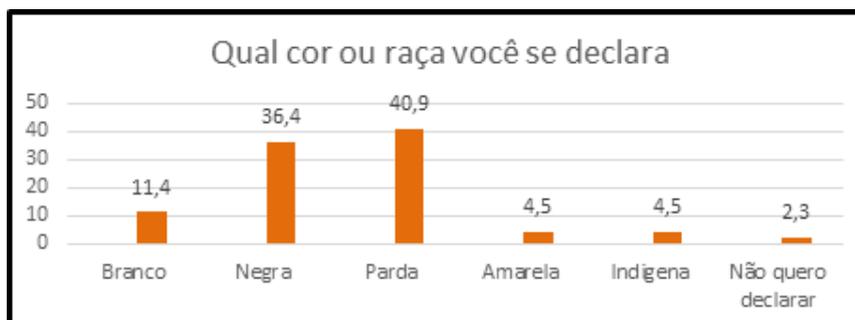
Gráfico 1. Idade e sexo dos alunos entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando o perfil dos entrevistados, 54,54% e masculino e 45,45% feminino, uma diferença não muito acentuada. Porém, representa a dificuldade de muitas mães de famílias que não concluíram sua escolaridade de volta a escola, relatos este ouvido pela coordenadora por algumas mães de alunos no regular. Em relação a faixa etária 34,09% dos entrevistados estão entre 15 a 17 anos, 29,54% entre 18 a 24 e 34,09% 25 ou mais, realidade esta, que mostra o quanto o perfil do alunado da EJA tem mudando nos últimos anos, sendo uma porcentagem bem maior de jovens que adultos, muitos ingressam na Educação de Jovens e Adultos por estarem no trabalho como Jovem Aprendiz.

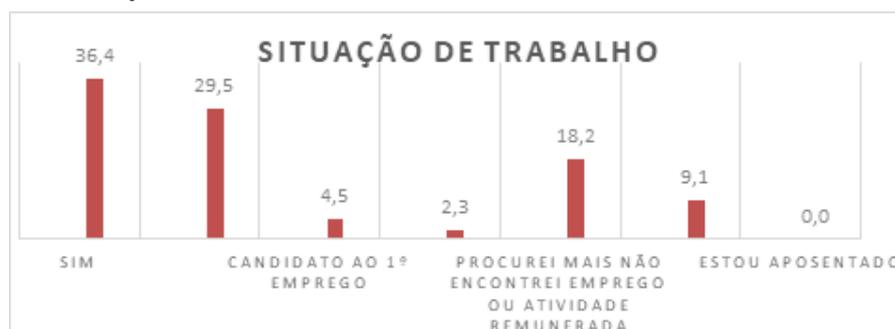
Gráfico 2. A cor ou raça que os entrevistados se declaram



Fonte: Dados da pesquisa.

Quando perguntados, que cor ou raça se declaram os 40,90% consideram se pardo, onde 36,36% negros, 11,40% se acham brancos, e os demais 4,5%, ficam entre amarelos, indígena respectivamente cada uma e 2,30% não quiseram declarar. O gráfico mostra que mais 70% dos entrevistados são negros ou pardos.

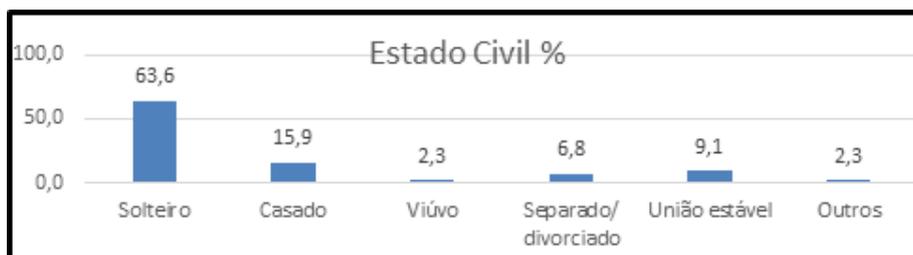
Gráfico 3. Situação do Trabalho



Fonte: Dados da pesquisa.

Realidade apresentada no gráfico 3, mostra a quantidade de alunos que estão trabalhando, estes representam 43,18% dos entrevistados. Porém, o índice dos que estão fora do mercado de trabalho ainda é considerável, representando 56,81%. Onde alguns afirmam ter procurado mais ainda não encontrou atividade remunerada, outros só estudam, cenário que representa a importância da disciplina de Iniciação a Qualificação Profissional para sobrevivência desses alunos, bem como a mudança de vida.

Gráfico 4. Estado Civil



Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação ao estado civil dos participantes na pesquisa, 63,63% declaram ser solteiros, enquanto 15,90% casados, 2,27 viúvos, 6,81 separado/divorciado, 9,09% união estável e 2,27 outros, índice esse que vai de encontro com a faixa etária dos alunos que apresentasse jovem.

Ainda em relação a estrutura família foi perguntado se tinha filhos onde 58,10% responderam sim e 40,90% não (gráfico 5). Onde mostra que mesmo com os índices de situação estável ser maior de solteiros, muitos deste já são pais. Em relação a quantidade de filhos 22,72% tem apenas 1 filho, 20,45% tem 1 a 3 filhos, 2,27% de 3 a 4 filhos e 4,54% 4 ou mais filhos. Confirmando assim o perfil da faixa etários dos alunos entrevistados por estar representa entre a maior parte entre 15 a 24 anos, possuindo assim só um filho, como também o índice significativo dos que não possuem.

Gráficos 5 e 6. Filhos



Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 7. Remuneração familiar



Fonte: Dados da pesquisa.

No gráfico 7, podemos notar que em relação a renda familiar, 38,63% afirmaram receber um salário mínimo, 25% recebem menos de um salário mínimo e 20,45% entre dois e cinco salários. Onde ninguém respondeu receber de seis ou mais salários, realidade esta, muitas vezes, representa pelos subempregos e pela informalidade. Considerando que é a renda familiar, se esta for a única fonte de renda da família e dependendo do quantidade de pessoas que compõem o grupo familiar

a renda *per capita* chega ao índice configurado pelo governo para classificar a linha da pobreza. A partir da investigação, não podemos dizer que o conceito de pobreza tenha uma definição clara no Brasil, de acordo com Pinzani e Rego:

A própria definição da pobreza com base na renda representa, em certo sentido, um ato arbitrário[...]no caso do Brasil, o estabelecimento por parte do governo da linha que separa pobreza–renda mensal per capita de até R\$154–e pobreza extrema– renda mensal de até R\$77 por pessoa. É difícil dizer que quem recebe R\$80 encontra-se em situação melhor que quem recebe só R\$ 77, assim como é complicado afirmar que quem recebe R\$160 não seria pobre. Da mesma maneira, a presença ou a ausência de políticas públicas específicas e de serviços públicos afetam profundamente a vida das camadas mais vulneráveis da população (Pinzani e Rego, 2015, p. 19).

Contudo, classificar a pobreza a partir unicamente de uma visão econômica, não traduza complexidade que o tema exige. Pois existem muitos outros critérios que deveriam ser levado em conta além da renda.

Compreendemos que a pesquisador necessita ter paixão pelo objeto em estudo, porém há sempre a necessidade um olhar amplo em relação ao tema pesquisado. Nessa direção, os atores envolvidos no processo precisam ter sensibilidade e coragem para compreender as marcas construídas ao longo da vida dos seres humanos. A pobreza, a fome, a miséria a desigualdade têm o poder singular de marcar a trajetória e a alma daqueles que vivenciam esse mal social construído pelo próprio homem. Com isso, o que marcou a presente pesquisa foi perceber que mesmo diante das adversidades da vida, causadas por diversos fatores, há uma vontade pulsante de mudar de situação e construir uma nova vida.

Portanto, um cidadão tem obrigações para consigo e os demais, buscando, fiscalizando não só seus direitos mas de todos. Como no relato, quando chamou a emissora de televisão para reivindicar o valor comprado pelas empresas de energia e água. Algumas famílias que sem ter equipamentos eletrônicos, as contas vieram muito altas. Com tudo entendemos por direito todos iguais, com relação a moradia, saúde, educação, segurança. O que vemos na prática são esses direitos sendo usurpados de uma grande parcela da população.

Entendemos que Programa Bolsa Família é fundamental para milhares de famílias que vivem à margem do sobreviver. Porém, não só o assistencialismo irá solucionar o problema, precisamos de políticas públicas voltadas para o incentivo a geração de renda, empreendedorismo, a educação. Buscando assim, empoderar as novas gerações para assim quebrar o ciclo da pobreza. Através da educação podemos encorajar para não aceitarem da situação a qual são obrigados a viver. Além disso, transformar o seu futuro e consequentemente a sociedade.

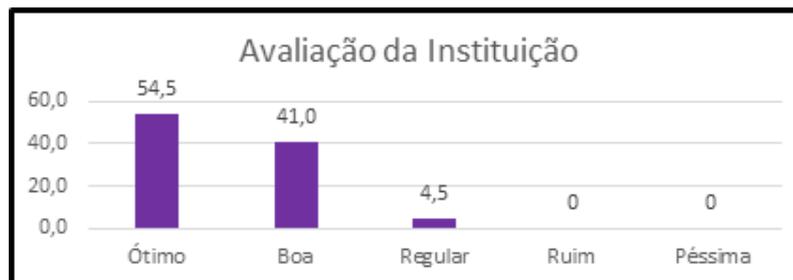
Assim, ficou claro que o Programa Bolsa Família é fundamental para diminuir a fome de muitas famílias. Incentiva a permanência dos filhos dessas famílias na escola. Desta forma, a semente de um futuro melhor começa a ser plantada pois, a educação ainda é capaz de possibilitar a todos o gozo da efetiva cidadania.

O papel da Escola como espaço de construção da autonomia

O estudo traz uma reflexão do real papel da Escola enquanto espaço de construção e reconstrução do saber, da, educação, que busque atender as necessidades os seus alunos, proporcionando condições para o pleno desenvolvimento. Os temas propostos de muita relevância para a prática pedagógica, será que a escola está mesmo preocupada em oferecer uma educação que possibilite mudança na vida dos alunos e sociedade, ou está reproduzindo desigualdades e injustiças nas mais diversas forças e o que vemos são tremendas violações dos direitos básicos dos

seres humanos. Direitos básicos de toda espécie: individuais (vida, liberdade de culto, expressão, etc.), sociais (saúde, trabalho, educação, moradia, entre outros) e difusos (direito ao meio-ambiente ecologicamente equilibrado e da defesa do consumidor). Leite, (2016) questiona: “Qual o papel da escola para as camadas populares, para os coletivos feitos desiguais em nossa sociedade”? Como também as relações entre a cultura escolar e desigualdade social. Diante disto perguntamos aos alunos o que achavam da escola que estudam:

Gráfico 8. Avaliação da Instituição

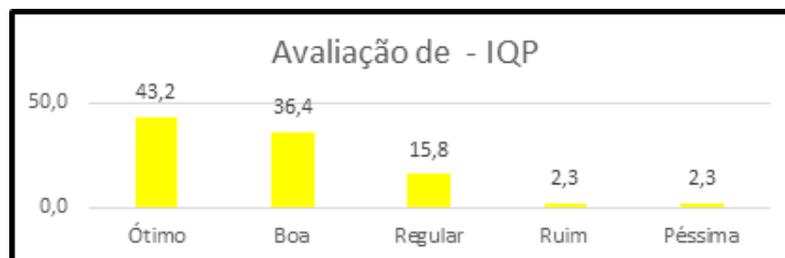


Fonte: Dados da pesquisa.

Foi questionado aos alunos como eles avaliaram a Instituição/Escola que eles estudavam, 47,72% consideram ótima enquanto 40,90% acha boa e 2,54 considera regular, mostrando assim que o alunado vê na escola o local de mudança de vida.

Logo em seguida foi perguntado que achavam da disciplina de Iniciação a Qualificação a Profissional - IQP:

Gráfico 9. Avaliação da IQP



Fonte: Dados da pesquisa.

Quando questionados em relação aos conhecimentos teóricos da disciplina de Iniciação a Qualificação Profissional, 43,18% consideram boa, 29,54% avalia como ótima, 15,90% acham regular e somente 2,27% acha ruim. Mostrando assim que os conteúdos abordados pela disciplina fazem parte da vida e do cotidiano presente para a inserção no mundo do trabalho.

Já no gráfico 10, quando perguntados sobre as expectativas da disciplina em estudo, 40,90% disseram que as expectativas foram superadas, 36,36% que a disciplina atendeu as expectativas e 9,09% informaram que suas expectativas não foram atendidas e 2,54 preferiu não opinar.

Gráfico 10. Expectativa em relação a disciplina IQP



Fonte: Dados da pesquisa.

Já no gráfico 11, em relação a aplicação da teoria à prática, quando questionados se a temática da disciplina contribuiria para a inserção no mercado de trabalho, 63,63% disseram que sim que contribui, enquanto 18,18% acham que as temáticas abordadas não contribuem para que eles possam ser inseridos ou permaneçam no mercado e 11,36% consideram parcialmente. No gráfico 12, em relação à aplicabilidade dia a dia no trabalho, 72,72% considera que os temas tratados pela disciplina podem ser aplicados no dia a dia do trabalho, enquanto 11,36% afirma não se aplicar e apenas 6,81% considera parcialmente.

Gráfico 11 e 12. Contribuição e aplicação da IPQ no mercado de trabalho



Fonte: Dados da pesquisa.

Esses dados nos permitem refletir sobre nossa prática enquanto educadores, sobre a relação do papel da escola, as contradições, desafios, avanços e suas possibilidades. Será que realmente estamos contribuindo para o pleno desenvolvimento da sociedade? Questões que proporcionam uma reflexão acerca da problemática da Escola, do Espaço, dos sujeitos assim como o tempo, precisam ser colocadas em discussão constante.

Com a evolução dos recursos tecnológicos, dos meios de comunicação de massa e a expansão da oferta de educação pública gratuita, tais conquistas não só se consolidaram como direitos civis reconhecidos em lei, como também foram ampliadas à medida que o grau de civilidade da sociedade foi evoluindo. Numa visão crítico-social, o ensino tem sido norteado por documentos legais e referenciais que priorizam a diversidade e buscam a tolerância diante das diferenças.

Em especial no Brasil, país com uma das maiores diversidades culturais e consequente desigualdade econômica, a busca pela garantia dos direitos humanos permeia todo o currículo escolar nos diferentes níveis e modalidades de ensino que compõem a educação nacional. Com a transversalidade de temas como ética, diversidade e respeito, o ensino de conteúdos das áreas básicas da formação inicial de todo cidadão tem a perspectiva de formar seres críticos e sujeitos ativos na organização social. O que pode parecer ameaçador para a manutenção do atual modelo econômico, que necessita de mão-de-obra e de consumo.

Contudo ao longo da pesquisa, ampliamos o olhar acerca da problemática central do curso nos chama a refletir sobre os direitos fundamentais a vida, políticas públicas de combate à pobreza e desigualdade social, o papel da educação nesse cenário bem como a correlação entre os mesmo e seus efeitos na sociedade.

Nesse contexto, é indiscutível o papel da educação, como instrumento de empoderamento de grupos que precisam construir/reconstruir sua identidade dentro da sociedade ao longo dos séculos. Grupos esses que vivem em situações de vulnerabilidade social, na linha da pobreza extrema, nos limites do sobreviver, do existir. Enquanto profissional da educação inserida no contexto empobrecido percebo o qual difícil expressar opiniões acerca de temas que hora julgamos saber pelo fato de fazer parte do cotidiano de milhares de escolas.

Refletindo a partir pesquisa bibliográfica, que busca compreender a relação da Escola: espaço e tempos de reprodução e resistência da pobreza, como o próprio título já nos instigar a refletir, será até que ponto estamos reproduzindo a pobreza ou buscando meios de ofertar mecanismo de superação e encontramos resistências?

Portanto, é necessário que nós enquanto aprendizes e profissionais da educação busquemos alternativas para superar as adversidades encontradas pelo caminho. Contribuindo assim, para a construção de novas práticas, olhares que mostre o caminhos para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária, no que se refere a direitos básicos de sobrevivência.

Considerações Finais

Assim sendo, mesmo percebendo que a disciplina não tenha representado a inserção de uma proposta educativa diferenciada para o público da EJA no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Araguaína - TO, tal ação causou impactos significativos para a modalidade. No entanto, acredita-se que por meio de um processo integrado de avaliação e reconfiguração possa tornar-se uma alternativa educacional com grande potencial formativo para o público da Educação de Jovens e Adultos.

Analisando as reflexões que esse trabalho nos permitiu realizar, acreditamos que a oferta dessa disciplina deve sim, levar em consideração o mercado de trabalho. Mas não pode e nem deve estar submisso e a serviço dele. Compreende-se que no contexto de carência no qual se encontra os jovens e adultos das classes populares, a educação profissional torna-se uma necessidade. Dentro do contexto capitalista no qual está balizada a sociedade brasileira, a inserção no mundo do trabalho apresenta-se como uma das primeiras necessidades para a sobrevivência humana.

Portanto, a não conclusão da Educação Básica, bem como a não qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho, apresenta-se como um dos principais impeditivo para que o sujeito possa garantir a sua sobrevivência. Entretanto, diante do contexto de defasagem educacional que se encontra o público da EJA, faz-se necessário oferecer-lhe uma proposta educativa que transcenda a simples certificação. É necessário propor uma educação com caráter mais ampliado, mais crítico, que busque articular o trabalho no processo de constituição dos indivíduos enquanto seres humanos.

O reconhecimento da EJA como um direito, permite-nos reconhecer que esse direito refere-se às vivências plenas dos indivíduos. Implica também em reconhecer a necessidade de garantia de que esses indivíduos usufruam de processos educativos que possam ir além da mera escolarização, ou seja, demanda proporciona-lhes processos formativos que compreendam também suas vivências no trabalho, na cultura e na sociedade (CONCEIÇÃO, 2015).

Deste modo, é possível inferir que se faz necessário impulsionar algumas propostas a fim de garantir o direito do jovem e adulto trabalhador usufruir de uma educação de qualidade. Por isso a implantação da disciplina de Iniciação a Qualificação Profissional na Rede Municipal de Ensino a fim de proporcionar momentos de análise e discursão das competências e habilidades requeridas pelo Mercado de trabalho que a cada dia fica mais competitivo. Além de oportunizar espaços de troca de experiências, estudo de casos, oferecendo assim a base e despertando o interesse para uma formação profissional que atenda às necessidades do mercado de trabalho. Para que, eles possam ocupar, a cada vez mais, cargos que não configure subempregos por falta de escolarização, capacitação profissional.

Referências

ARAÚJO, Romilda Ramos de. SACHUK, Maria Iolanda. Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 14, n.1, jan/mar 2007. Disponível em: www.regeusp.com.br/arquivos/442.pdf. Acesso em 26 out. 2016.

ARROYO, Miguel G. Pobreza, Desigualdades e Educação. **Curso de especialização, Educação, pobreza e desigualdadesocial**. Módulo Introdutório. Palmas, 2016.

ARROYO, Miguel G. **POBREZA e CURRÍCULO**: E uma complexa articulação. Módulo IV. Brasília: 2017.

ARROYO, Miguel G. **CURRÍCULO**: Território em Disputa. 5. Ed. – Petropólis, RJ: Vozes, 2013.

BECK, Martha. VALENTE, Gabriela. Brasil tem 6 milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza. **O Globo**. 24/07/2014. O Globo: Rio de Janeiro. Disponível em <http://oglobo.globo.com>. Acesso em 18 out. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 01 Out. 2017.

BRASIL. Lei nº. 9 394, de 20 de dezembro de 1996: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, nº. 248, de 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 págs. – (Série legislação; n. 125).

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Nº8069/90)**. Senado Federal: Brasília, 2012. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. IBGE: Brasília, 2014.

Lei de Criação do Programa Bolsa Família. **Lei nº10.836, de 2004**–Planalto. Senado Federal: Brasília, 2004. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 23 out. 2017.

CARVALHO, Joari Aparecido Soares de. **Alguns aspectos da inserção de jovens no mercado de trabalho no Brasil**: concepções, dados estatísticos, legislação, mecanismos de inserção e políticas públicas. Escola de Governo: de São Paulo/USP: São Paulo, 2004. Disponível em www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/146.pdf. Acesso em: 21 out. 2017.

CAPUCHO, Vera. **Educação de Jovens e Adultos: práticas pedagógicas e fortalecimento da cidadania**, - São Paulo: Cortez, 2012.

ClAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho com lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; ClAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.) **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 803 – 105.

ClAVATTA, M. A reconstrução histórica de trabalho e educação e a questão do currículo na formação integrada – ensino médio e EJA. In: TIRIBA, Lia e ClAVATTA, Maria (org.). **Trabalho e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Líber Livro e Editora UFF, 2011. p. 25 – 55.

CONCEIÇÃO, Gilmara Carvalho. **Educação De Jovens E Adultos e Educação Profissional: Caminhos Trilhados Na Implementação Do Projeja Fic Em Salvador.** Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17387>. Acesso em 27 de Outubro 2017.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica.**5.ed. Atlas: São Paulo, 2010.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **Pobreza, direitos humanos, justiça e educação.** Módulo II. Palmas: UFT, 2016.

MICHALISZYN, Mario Sergio. TOMASINI, Ricardo. **Pesquisa orientações e normas para elaboração de projetos, monografias e artigos científicos:** ed. Vozes: Rio de Janeiro 2006.

PINZANI, Alessandro. REGO Walquiria Leão. **Pobreza e cidadania.** Módulo I. Palmas: UFT, 2016.

Recebido em 29 de outubro de 2019
Aceito em 25 de maio de 2022